

## Comissões fazem sete reuniões hoje e amanhã

As comissões permanentes do Senado devem realizar hoje e amanhã sete reuniões destinadas a debate e votação de projetos. Uma das propostas, na pauta da Comissão de Educação, hoje, assegura vagas em cursos de gradua-

ção aos professores da rede pública que não tenham curso superior. Os critérios para exame dos nomes que integrarão o Conselho Nacional de Justiça estão na pauta da Comissão de Justiça, que analisa também o orçamento impositivo.

Página 4

### Renan conclama empresariado a lutar contra os juros altos

Em discurso na posse dos novos diretores da Associação Comercial de São Paulo, o presidente do Senado, Renan Calheiros, conclamou o empresariado a discutir uma agenda de medidas destinadas a reduzir os juros cobrados no país.



Gemilho Alangeia

**PREOCUPAÇÃO** Renan lamenta que as taxas de juros no Brasil sejam as mais altas do mundo

Renan defendeu também a reforma tributária e a unificação da legislação do ICMS.

Página 6

### Mercadante e Ideli apontam avanços na área econômica

O líder do governo, Aloizio Mercadante, afirmou ontem, no Plenário, que o Brasil tem estabilidade, crescimento e democracia. A senadora Ideli Salvatti

também apresentou dados positivos da área econômica, como o aumento de 0,4% no emprego industrial e a elevação de 6,2% na folha de salários em janeiro.

Página 7

## Maciel cobra política de desenvolvimento tecnológico

Página 8

### Os excluídos do sistema financeiro



### MICROCRÉDITO

## Negociação pode encerrar impasse

Enquanto busca solução para medida provisória que tranca a pauta, Senado recebe mais duas – e há outras 13 em exame na Câmara. Reunião hoje, às 15h, debate mudanças no rito das MPs

Página 3



Roosevelt Pinheiro

**VOTAÇÃO** Depois da audiência na Comissão de Assuntos Econômicos, Plenário pode deliberar sobre a MP do Microcrédito



**BENEFÍCIOS** Segundo Raupp, acordo irá gerar empregos e desobstruir o escoamento da produção

## Raupp destaca contrato entre o BNDES e a Brasil Ferrovias

Ao defender investimentos na malha ferroviária como forma de melhorar a competitividade da economia brasileira, o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) manifestou ontem sua satisfação com o acordo firmado entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a *holding* Brasil Ferrovias, que permitirá a reestruturação das empresas controladas pelo conglomerado, entre elas a Ferronorte.

Com o contrato, o BNDES passa a deter 31% do capital social da Ferronorte, na qual serão aplicados R\$ 954 milhões. O senador frisou que a empresa poderá atuar em uma malha de 5 mil quilômetros, conforme reza o contrato de concessão.

Raupp informou que o acordo criará condições para que seja investido cerca de R\$ 1,6 bilhão, até 2009.

– Será fundamental para garantir centenas de novos empregos e desobstruir o escoamento da produção – afirmou.

O parlamentar defendeu também a permanência do senador licenciado Amir Lando no Ministério da Previdência Social.

# Agenda

## Plenário retoma discussão da MP do Microcrédito

Na pauta da sessão de hoje, às 14h, o projeto de conversão (PLV 1/05) originado da Medida Provisória 226/04, que cria o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), visando incentivar a geração de trabalho



e renda entre microempreendedores populares. O programa terá recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e de parte dos depósitos à vista dos bancos. O texto tranca a pauta de votações desde a semana passada.

## Renan discute tramitação de medidas provisórias

O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), participa hoje, às 12h, da gravação do programa nacional do seu partido. Às 15h, reúne-se com os senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e Aloizio Mercadante (PT-SP), e com o deputado Sigmaringa Seixas (PT-DF), para discutir rito de tramitação das MPs.



## Educação analisa indicações para Ancine

Em discussão na Comissão de Educação (CE), às 11h de hoje, mensagem do Executivo que trata das indicações de Nilson Rodrigues da Fonseca e Manoel Rangel Neto para a diretoria da Agência Nacional do Cinema (Ancine). A CE examina ainda proposta que cria vagas nos cursos de graduação para os professores da rede pública que não tenham nível superior (PLS 3/04).

## Comissão de Assuntos Econômicos realiza audiência

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realiza audiência pública para discutir a medida provisória que cria o Programa Nacional de

Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO). O colegiado vai ouvir o presidente do Banco Popular do Brasil, Ivan Guimarães. A audiência

faz parte do acordo que busca permitir a aprovação da matéria (MP 226/04), que tranca a pauta de votações.

## Defesa do consumidor na CMA

Os parlamentares discutem, às 11h30, a nova atribuição da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), que passou a opinar sobre defesa do consumidor. Foram convidados para a audiência o diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça, Ricardo Morishita, o coordenador executivo do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, Sezifredo Paz, além da assessora jurídica do Procon-DF, Alessandra de Almeida Camargos.



## Diretoria da ANTT

Às 14h30, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) analisa mensagem do Executivo que reconduz Noboru Ofugi à diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), além de proposta que prevê a adoção do horário de verão em todo o território nacional (PLS 530/03).

## Recriação da Sudene

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), relator da proposta que recria a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), fala sobre o projeto (PLC 53/04) na reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), com início previsto para as 18h30.

**Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)**



**ERROS** Nordestinos já sofreram com projetos que prejudicaram a pesca e a irrigação, diz Maria do Carmo

## Maria do Carmo critica projeto de transposição do São Francisco

A senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) afirmou ontem que o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, vem sendo enganado por seus assessores na elaboração do projeto de transposição do rio São Francisco, que, se executado, acarretará graves prejuízos ecológicos ao Nordeste, atingindo, sobretudo, os estados de Sergipe e Alagoas.

Mesmo dizendo não ser contra a idéia da transposição, a senadora argumentou que o projeto para levar águas do São Francisco a outros estados precisaria passar por estudos técnicos rigorosos, para evitar experiências equivocadas de outros países. Ela lembrou, por exemplo, que a foz dos rios Colorado (EUA e México), Ganges (Índia), Amarelo (China) e Nilo (Egito) está morta e que há longos trechos do leito que estão secos, podendo ser percorridos com veículos motorizados.

– Alagoas e Sergipe estão na foz do São Francisco, e os rios normalmente começam a morrer nesse ponto.

### Alerta

Para Maria do Carmo, os nordestinos já pagaram preço muito elevado por intervenções feitas no rio São Francisco em outras ocasiões, quando o poder público privilegiou as hidrelétricas e esqueceu de considerar atividades ligadas aos recursos hídricos do rio como pesca, navegação e irrigação. Por isso, ela acha que a proposta do governo Lula merece ser condenada, da mesma forma como foram combatidas iniciativas idênticas em administrações passadas.

A senadora argumentou, ainda, que os recursos para as mudanças são escassos e não correspondem ao teor dos discursos feitos pelos autores do projeto.

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**1º Vice-Presidente:** Tião Viana  
**2º Vice-Presidente:** Antero Paes de Barros  
**1º Secretário:** Efraim Moraes  
**2º Secretário:** João Alberto Souza  
**3º Secretário:** Paulo Octávio  
**4º Secretário:** Eduardo Siqueira Campos  
**Suplentes de Secretário:** Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva  
**Diretor da Secretaria de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretor-Adjunto da Secretaria de Comunicação Social:** Helival Rios  
**Diretora do Jornal do Senado:** Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Gorette Brandão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade e Paula Pimenta  
**Especial Cidadania:** Treici Schwengber (61) 311-1620  
**Diagramação:** Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino  
**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo  
**Arte:** Bruno Bazílio e Cirilo Quartim  
**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 311-3332  
**Circulação e atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 311-3333  
**Agência Senado**  
**Diretor:** Antonio Caraballo (61) 311-3327  
**Chefia de reportagem:** Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670  
**Edição:** Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Flávio de Mattos

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

*Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações*

Jane Araújo



**DIÁLOGO** Antonio Carlos (E) e Sigmaringa Seixas (D) devem se reunir hoje com o presidente do Senado, Renan Calheiros

## Renan debate com ACM mudanças no exame de MPs

O presidente do Senado, Renan Calheiros, reúne-se hoje, às 15h, com os integrantes da comissão mista especial que estuda mudanças na tramitação das medidas provisórias (MPs). A comissão é presidida pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e tem como relator o deputado Sigmaringa Seixas (PT-DF). A reunião será realizada no gabinete da Presidência do Senado.

A comissão foi criada em dezembro do ano passado, a partir de sugestões apresentadas por vários parlamentares a José Sarney (PMDB-AP),

então presidente do Senado, e a João Paulo Cunha (PT-SP), que à época presidia a Câmara. Naquela ocasião, vários parlamentares manifestaram insatisfação com o bloqueio da pauta de votação, que permanece trancada em função das constantes edições de MPs pela Presidência da República.

O deputado Sigmaringa Seixas quer manter o prazo total de 120 dias de tramitação, dividindo o tempo entre as duas Casas. Outra proposta em discussão é eliminar as comissões mistas que examinam as medidas provisórias.

## "Chega de autoritarismo e de abusos", diz Antonio Carlos

Apesar de ser presidente da comissão mista designada para rediscutir a tramitação de MPs, Antonio Carlos Magalhães se disse descrente quanto aos seus resultados práticos.

– Há uma grande boa vontade do presidente da Casa, mas não vai adiantar nada, porque eu estou sozinho na discussão. As medidas provisórias vão ficar como estão – afirmou.

Antonio Carlos sugere que

uma medida provisória só entre em vigor após ser julgada a sua oportunidade, urgência e relevância, mas, segundo ele, o Executivo não aceita a idéia.

– O que o governo deseja é manter como está, para que todos nós passemos como enganados. Se não modificarmos, o Legislativo brasileiro deixa de existir, porque quem legisla é o presidente da República. Chega de abusos e de autoritarismo.

## Como funcionam as medidas

A medida provisória é uma norma legislativa adotada pelo presidente da República, no caso de relevância e urgência. Para se tornar lei ordinária, a matéria precisa ser aprovada pelo Congresso Nacional. O instituto da medida provisória foi criado pela Constituição de 1988, como alternativa ao decreto-lei, mas passou por alterações ao longo dos anos. Em setembro de 2001, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 32, que restringiu o uso de medidas provisórias. E em abril de 2002, o Congresso aprovou a Resolução

1/02, que instituiu novas regras sobre a apreciação das MPs.

A tramitação das MPs inicia-se pela Câmara. As medidas têm atualmente 60 dias para serem votadas no Congresso Nacional. Esse prazo pode ser prorrogado por mais 60 dias. Porém, as MPs passam a trancar a pauta de votações depois de 45 dias. Na maioria dos casos, esses 45 dias se esgotam na Câmara. Assim, as medidas já chegam ao Senado com o prazo de tramitação normal vencido, e a pauta de votações da Casa fica automaticamente trancada.

# Impasse sobre votações pode ser resolvido hoje

■ Governo e oposição negociam acordo sobre MP que institui programa de microcrédito

As negociações para a aprovação da medida provisória que institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (226/04) serão retomadas hoje, mas duas novas medidas provenientes da Câmara poderão retardar a votação de diversas propostas de emenda à Constituição que estão em pauta. Entre essas, a da senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) que torna obrigatória a oferta de educação infantil para crianças de zero a seis anos de idade (PEC 40/00).

A medida provisória que estabelece o programa de microcrédito (analisada sob a forma do projeto de conversão 1/05) está trancando a pauta do Plenário, por ter o prazo de tramitação esgotado. A proposta será discutida durante audiência pública marcada para hoje, na Comissão de As-



Roosevelt Pinheiro

**EXPECTATIVA** Oito propostas de emenda constitucional aguardam exame do Plenário, mas a pauta está trancada por medida provisória

suntos Econômicos (CAE), com a presença do presidente do Banco Popular do Brasil, Ivan Guimarães. Após a reunião, a bancada governista espera fechar um acordo com a oposição para exame da matéria.

Uma das inovações do projeto é a permissão para a realização de operações de crédito a pessoas físicas e jurídicas sem a exigência de garantias reais.

Assim que o Plenário deliberar sobre o projeto de conversão, poderá ser colocada em votação a medida que normatiza as atividades de importação e produção de biodiesel (MP

227/04). Também começará a ser discutida a regulamentação do grau de sigilo dos documentos públicos (MP 228/04).

Por causa das MPs e dos feriados da Semana Santa, são pequenas as possibilidades de decisão das propostas da pauta. Oito PECs estariam prontas para ser discutidas já a partir de hoje. Entre elas, três já poderiam ser votadas em primeiro turno – a que trata da educação infantil e as que regulamentam a titularidade das águas subterrâneas e o tamanho máximo dos lotes sujeitos ao usucapião especial urbano.

## Outras 13 MPs deverão chegar nos próximos dias

Estão em fase final de votação na Câmara dos Deputados outras 13 medidas provisórias, que deverão ser discutidas no Senado. São as seguintes:

<b>MP 229/04</b> – Altera artigos da Lei 9.615/98, que institui normas gerais sobre desporto.
<b>MP 230/04</b> – Abre crédito extraordinário no valor de R\$ 569,1 milhões para os ministérios da Saúde, da Defesa e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
<b>MP 231/04</b> – Cria cargos na carreira de Seguridade Social e do Trabalho, para lotação no Ministério da Saúde, e institui a Gratificação de Incentivo à Atividade Intensiva de Assistência à Saúde (Gias).
<b>MP 232/04</b> – Corrige a tabela de Imposto de Renda Pessoa Física em 10% e aumenta o mesmo imposto para prestadores de serviço e produtores rurais.
<b>MP 233/04</b> – Cria a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), altera a denominação do Instituto Nacional do Semi-Árido (Insa) e cria e extingue cargos públicos de provimento efetivo e em comissão.
<b>MP 234/05</b> – Determina que as associações, sociedades e fundações, constituídas na forma de leis anteriores, bem assim como os empresários, deverão se adaptar às disposições do novo Código Civil até 11 de janeiro de 2006.
<b>MP 235/05</b> – Determina que a adesão de instituição de ensino superior ao Programa Universidade para Todos (ProUni) seja feita por intermédio de sua mantenedora.
<b>MP 236/05</b> – Abre crédito extraordinário no valor de R\$ 2,89 bilhões em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios.
<b>MP 237/05</b> – Autoriza a União a prestar auxílio financeiro aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, com o objetivo de fomentar as exportações do país.
<b>MP 238/05</b> – Institui, no âmbito da Secretaria Geral da Presidência da República, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), cria o Conselho Nacional de Juventude (CNJ) e cargos em comissão.
<b>MP 239/05</b> – Acrescenta artigo à Lei 9.985/00, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Snuc) e estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação.
<b>MP 240/05</b> – Dispõe sobre a aplicação dos artigos 5º, 6º, 7º e 8º da MP 232, que corrige em 10% o Imposto de Renda Pessoa Física e aumenta o mesmo imposto para prestadores de serviços e produtores rurais.
<b>MP 241/05</b> – Abre crédito extraordinário de cerca de R\$ 300 milhões em favor do Ministério da Defesa e de Encargos Financeiros da União.

# Comissões têm intensa atividade hoje e amanhã

■ Em pauta, acesso de professores leigos ao ensino superior, orçamento impositivo e controle da Justiça

As comissões do Senado têm programação intensa esta semana, quando deverão ser realizadas sete reuniões destinadas a debates e a votação de projetos. Hoje, às 10h, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve promover audiência pública com a presença do presidente do Banco Popular do Brasil, Ivan Gonçalves Guimarães, para debater o microcrédito, como parte do acordo para a votação, em Plenário, da medida provisória que institui programa de reforço dos financiamentos para os pequenos empreendedores.

Às 11h, reúne-se a Comissão de Educação (CE) para votar as indicações presidenciais (MSFs 8/05 e 9/05) de Nilson Rodrigues da Fonseca e Manoel Rangel Neto para a direção da Agência Nacional do Cinema

(Ancine). Também está na pauta projeto (PLS 3/05) que assegura vagas nos cursos de graduação de professores aos docentes da rede pública que não tenham curso superior. Às 11h30, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) tem audiência com especialistas da área de proteção ao consumidor. A CMA deve votar ainda requerimento da senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) convidando a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, para apresentar o Plano da Amazônia Sustentável.

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) examina, às 14h30, mensagem (MSF 106/05) reconduzindo Noboru Ofugi ao cargo de diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Às 18h30, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) ouve exposição do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) sobre o projeto que recria a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

## Conselho

Os critérios para exame dos nomes que integrarão o Conselho Nacional de Justiça figuram na pauta de amanhã da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a partir das 10h. O conselho foi criado pela reforma do Judiciário, promulgada em 8 de dezembro, e deverá ser instalado até o início de junho. José Jorge (PFL-PE), Demostenes Torres (PFL-GO) e Jefferson Péres (PDT-AM) foram designados para apresentar a minuta da proposição.

Na pauta da CCJ constam emendas de Plenário oferecidas pelo líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), à Proposta de Emenda à Constituição 22/00, de Antonio Carlos Magalhães, que institui o orçamento impositivo.

Às 10h de amanhã, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária realiza audiência pública com o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, que deverá falar sobre as ações referentes à reforma agrária em implementação na região amazônica.

## Infra-Estrutura debate metas para gás natural

Projeto de lei que institui o Plano Setorial de Desenvolvimento do Gás, de iniciativa do senador Marcelo Crivella (PL-RJ), deverá ser analisado hoje, às 14h30, na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. O gás natural é utilizado nos setores industrial, automotivo, residencial e comercial, além de usinas termelétricas,

A proposta estabelece diretrizes para um período de dez anos e busca objetivos de curto prazo, como a eliminação de déficits de energia e transparência nas ações do governo sobre aproveitamento do gás.

– Recentemente, foram descobertas reservas com proporções semelhantes às existentes na Bolívia, e outras estão sendo pesquisadas, o que mostra nosso grande potencial no setor, que precisa ser bem gerenciado e acompanhado – afirmou Crivella, destacando que já existem montadoras oferecendo veículo tricombustível (com botijão específico para gás veicular).

Ele comentou que a crise enfrentada pela Bolívia preocupa o Brasil, principalmente com a



possibilidade de sobretaxa de até 50% do gás explorado pela Petrobras naquele país.

– A Bolívia tem suas instabilidades, e não podemos ficar suscetíveis a esses problemas; por isso é preciso ter claro quais são os nossos potenciais e como devemos explorá-los – disse o senador.

Segundo especialistas, a melhoria dos padrões ambientais é uma das vantagens do gás natural. O combustível produz uma queima limpa e uniforme do gás e assegura ganho no rendimento energético. O parlamentar salientou que a

produção nacional de gás natural cresceu 27,7% entre 2000 e 2004, aumentando em 50% o gás disponível no país.

A comissão também vai examinar projeto (PLS 222/04) de Sérgio Cabral (PMDB-RJ) que determina nova forma de repartição do acréscimo de exploração de gás natural e petróleo. O relator, Tasso Jereissati (PSDB-CE), apóia a proposta de que *royalties* pagos sobre os acréscimos de produção sejam divididos em 75% para os estados e 25% para a União, sendo que os primeiros deverão repassar 25% aos municípios.



## Água subterrânea poderá passar ao domínio da União

Durante a semana de comemoração do Dia Mundial das Águas, o Senado pode votar, em primeiro turno, proposta de emenda à Constituição que altera a titularidade das águas subterrâneas. O objetivo é implementar políticas que evitem a escassez dos recursos hídricos, principalmente os mananciais de água doce.

Conforme a PEC 43/00, as águas subterrâneas, inclusive os aquíferos, que banham mais de um estado ou que façam fronteira com outros países deverão ficar sob o domínio da União, que seria responsável pela gestão dos recursos, por meio da Agência Nacional de Águas (ANA).

Atualmente, quem trata do gerenciamento das águas subterrâneas, especialmente da

concessão para utilização das águas, são os estados em que estão localizados os mananciais.

O projeto vai mudar a gestão dos diversos aquíferos brasileiros, entre eles, o Aquífero Guarani, uma das maiores reservas subterrâneas de água doce do mundo, que se estende por diversos estados brasileiros e pelo Paraguai, Argentina e Uruguai. O manancial tem cerca de 1,2 milhão de quilômetros quadrados, sendo que 840 mil quilômetros quadrados estão localizados no Brasil.

A água subterrânea é uma das principais fontes de abastecimento de parte dos municípios paulistas. Alguns deles, como Ribeirão Preto, são inteiramente abastecidos por esse recurso hídrico.

## Agricultura ouvirá Palocci sobre recursos ao agronegócio

O ministro da Fazenda, Antonio Palocci, deverá comparecer à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) para anunciar o cronograma de liberação de recursos para a safra deste ano, especialmente com vistas à comercialização do trigo. A presença do ministro ainda depende de aprovação do requerimento apresentado pelo líder do PDT, senador Osmar Dias (PR). Segundo o parlamentar, a comissão também questionará o ministro sobre as razões da demora na implementação de medidas em favor do agronegócio.

Osmar Dias quer explicações de Palocci principalmente sobre o retardamento na ajuda aos produtores que tiveram sua produção perdida devido à seca no Sul. Ele também



**PRODUÇÃO** Antonio Palocci deverá anunciar cronograma em audiência na Comissão de Agricultura

perguntará ao ministro por que não foram liberados os R\$ 3 bilhões anunciados pelo Ministério da Agricultura para a comercialização de alguns produtos, como o trigo.

Na última quarta-feira, durante audiência pública na comissão com o ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) também mencionou os problemas causados pela seca no Sul do Brasil e cobrou ação mais efetiva da pasta no sentido de combater os efeitos da estiagem.



**ALERTA** Eduardo Suplicy adverte que medida pode levar irmãos do menor interno à delinquência

## Suplicy critica fim do Renda Cidadã a família de infrator

Mesmo apoiando mudanças na Fundação do Bem-Estar do Menor (Febem) de São Paulo, Eduardo Suplicy (PT-SP) criticou a decisão do governo do estado de retirar da família do menor infrator o benefício da Renda Cidadã, de R\$ 60, caso ele venha a participar de alguma rebelião.

Suplicy disse que o benefício é uma ajuda às famílias pobres que têm um menor infrator, não se justificando puni-la com a retirada do pagamento em razão do comportamento do interno. A decisão pode levar à delinquência outros menores da mesma família, advertiu.



**DESCASO** Segundo Heloísa Helena, situação é de dor e miserabilidade no sertão de Alagoas

## Heloísa cobra recursos para vítimas da seca

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) pediu a liberação de recursos federais para as vítimas da seca no sertão de Alagoas. Segundo informou, a população do sertão alagoano está sofrendo gravemente com a estiagem.

– Os sertanejos esperavam muito a chuva no último dia 19, Dia de São José. Como a chuva não veio, a situação é de dor e de miserabilidade crescentes – enfatizou. Ela lamentou que nem as “migalhas” do estado de emergência, que garantem o custeio de carros-pipas e cestas básicas, tenham sido liberadas pelo governo federal.

# Suassuna pede sanção da Lei de Biossegurança

■ Ele lembra que a lei, aprovada pelo Congresso, foi fruto de mobilização da sociedade

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) pediu ontem ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva celeridade na sanção da Lei de Biossegurança, aprovada pelo Congresso. A lei, que permite a produção e comercialização de organismos geneticamente modificados e a pesquisa com células-tronco, ainda pode ser vetada pelo presidente da República.

O parlamentar lembrou que



**AVANÇO** Cultivo de alimentos transgênicos reforçará vocação agrícola do país, destaca Suassuna

a aprovação da lei foi fruto de mobilização da sociedade, ressaltando que a pesquisa com células-tronco é a esperança

de pessoas que sofrem com doenças degenerativas. Já o cultivo de alimentos transgênicos, acrescentou, reforçará a vocação agrícola do país.

– Hoje, o Brasil consome algodão transgênico importado dos Estados Unidos, enquanto organizações não-governamentais trabalham o veto presidencial para impedir o plantio do nosso – criticou.

A Lei de Biossegurança foi aprovada na Câmara dos Deputados no dia 2 de março e o presidente da República tem até quinta-feira para sancioná-la ou vetá-la. Caso o presidente não se manifeste até essa data, a lei será sancionada automaticamente.

## Jonas defende mudanças na MP dos Impostos

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) disse ontem que a MP dos Impostos vai trazer prejuízos para os produtores rurais brasileiros. O parlamentar afirmou que o agronegócio enfrenta uma grave crise no país, com altos custos de produção, juros elevados e preços baixos. A MP 232/04, que aguarda votação na Câmara dos Deputados, corrige a tabela do Imposto de Renda Pessoa Física em 10% e impõe cobrança de 1,5% sobre a receita bruta do setor agrícola para

a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

– Se hoje nós estamos em crise, e o governo quer tirar 1,5% do valor bruto do rendimento, os agricultores não terão lucro. Quase todos os setores do agronegócio estão com déficit neste ano. Por que aumentar ainda mais o imposto sobre os produtos agrícolas? – questionou.

Jonas Pinheiro fez um apelo para que os senadores se empenhem na mudança da MP.



**DISCORDÂNCIA** "Por que aumentar os impostos sobre os produtos agrícolas?", questiona Jonas Pinheiro

Em aparte, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) disse que “nunca uma medida provisória agrediu tanto a nação quanto esta”.

## Eduardo reclama arroz adequado ao Tocantins

Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) destacou o início da colheita em Formoso do Araguaia (TO), “um dos locais onde o Brasil de verdade está dando certo, produz, gera riquezas e empregos”. O parlamentar, no entanto, lamentou a queda de produtividade na colheita de arroz e reclamou da ausência de uma variedade mais adaptada à região.

Eduardo lembrou que o Projeto Rio Formoso era o maior plano de irrigação quando foi implantado, há 20 anos, tendo alcançado uma produtividade de 135 sacas de arroz por hectare, que caiu agora para 65 sacas. O maior problema é o fato de os agricultores utilizarem as



**PERDAS** Eduardo Siqueira Campos afirma que as espécies utilizadas vêm causando queda na produtividade

mesmas sementes que os produtores gaúchos, explicou, ao pedir a presença, no estado, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

– A Embrapa é um orgulho nacional, uma empresa eficiente, competente, que precisa de mais recursos – afirmou, destacando que a empresa poderia desenvolver uma variedade de arroz mais adequada à luminosidade, aos índices

pluviométricos e à temperatura do Tocantins.

O senador destacou que, com a revitalização do Projeto Rio Formoso, os 14,5 mil hectares hoje cultivados poderão se expandir para 20 mil hectares. Lembrou que, no rio Javaés, o potencial de irrigação é de mais de 1 milhão de hectares e, no rio Tocantins, essa área pode alcançar 2 milhões de hectares.

Eduardo disse que se encontrará amanhã com o ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, juntamente com o prefeito de Rio Formoso, Pedro Rezende, e presidentes de cooperativas da região. Uma das reivindicações, adiantou, é que o arroz produzido no município seja lá mesmo beneficiado. Ele foi apartado pelos senadores Mão Santa (PMDB-PI) e Marco Maciel (PFL-PE).



**DEPOIMENTOS** Demostenes propõe que comissão ouça relato de coronel da PM, diretor e agente da Abin

## Demostenes quer informações sobre doação das Farc

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) apresentou ofício ao presidente da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso Nacional, senador Cristovam Buarque (PT-DF), solicitando que sejam ouvidos o coronel da Polícia Militar (PM) Eduardo Adolfo Ferreira e o diretor-geral-adjunto da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), José Milton Campana.

Demostenes quer também que seja ouvido pela comissão o agente que fez denúncias à revista *Veja* sobre ações da Abin para obter informações sobre supostas doações das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) a campanhas eleitorais do Partido dos Trabalhadores, em 2002.

O agente desmente em reportagem da *Veja* desta semana afirmações feitas à comissão por autoridades, na semana passada.

## Senado pode ter novas comissões temporárias

A Mesa do Senado deve examinar quatro requerimentos para criação de comissões temporárias. José Sarney (PMDB-AP) e Cristovam Buarque (PT-DF) pretendem que um grupo de 11 parlamentares analise as causas do atraso econômico e social do país.

Almeida Lima (PSDB-SE) quer criar comissão para estudar a reforma da ordem político-eleitoral e partidária no Brasil. O terceiro requerimento, de Aloizio Mercadante (PT-SP), sugere que três senadores acompanhem os preparativos para as comemorações dos cem anos da imigração japonesa no Brasil. E Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) propõe uma comissão para examinar a crise de recursos na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).



**DECEPÇÃO** Para Mão Santa, Lula "trocou tudo o que prometia para servir aos banqueiros"

## Mão Santa quer candidato do PMDB à Presidência

O senador Mão Santa (PMDB-PI) propôs ontem que o seu partido tenha candidato próprio nas próximas eleições presidenciais.

– Queremos participar do processo democrático. Queremos um candidato à Presidência da República para ter uma opção. Temos que defender a candidatura própria – afirmou, rejeitando o apoio do PMDB à reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Mão Santa argumenta que Lula quer enfraquecer os partidos políticos, “assassinando a democracia”.

– A democracia precisa de partidos fortes, mas Lula quer destruir o PMDB, um partido forte, um partido histórico.

O senador afirmou que o modelo de Lula é o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

– Ele trocou tudo o que prometia para servir aos banqueiros e não aos trabalhadores. Chamo a atenção para a gravidade do momento político. O país nunca esteve tão ruim.

O senador citou ainda entrevista do intelectual Fábio Konder Comparato a um jornal de circulação nacional, segundo o qual “o PT enganou todo mundo”.

Em aparte, o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) concordou com Mão Santa.

# Renan defende redução dos juros "escorchantes"

■ Senador também pede mobilização da sociedade pela retomada da votação da reforma tributária

O presidente do Senado, Renan Calheiros, conclamou ontem o empresariado a discutir uma agenda de medidas destinadas a reduzir os juros cobrados no país. Em discurso na posse dos novos diretores da Associação Comercial de São Paulo, Renan ressaltou que as taxas de juros no Brasil são as mais altas do mundo, alcançando níveis que considera “alarmantes e escorchantes”.



**POSTURA** Renan diz não concordar com a edição de MPs para legislar sobre questões tributárias

– É inaceitável que não se estabeleça uma política capaz de garantir coerência entre os esforços do Tesouro Nacional

de reduzir o tamanho da dívida pública interna e a calibragem dos juros básicos pelo Banco Central – afirmou.

Renan Calheiros também adiantou que, pessoalmente, não concorda com o uso de medidas provisórias para legislar sobre questões tributárias.

Ao falar das conquistas já obtidas no Congresso Nacional, como a aprovação da nova Lei das Falências, que dá “mais estabilidade à economia”, Renan admitiu que é possível avançar também em direção à reforma tributária. Nesse sentido, pediu “intensa mobilização da sociedade para que a reforma tributária” seja retomada na Câmara dos Deputados.

## Heráclito: governo usa reforma como "novela"

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) apelou ontem ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva para que conclua o quanto antes a reforma ministerial, cujo sucessivo adiamento estaria paralisando o país.

– Na falta de obras ou de resultados para anunciar, o governo está usando a reforma como se fosse novela da Globo, que, quando está dando Ibope, tem o final adiado – ironizou.

De acordo com o senador, a demora para o anúncio da nova equipe ministerial “já passou de todas as medidas”. Enquanto isso, segundo Heráclito, os que deverão deixar o Ministério, como Humberto Costa, da Saúde; Ciro Gomes, da Integração Nacional; e Amir Lando, da Previdência Social, entre outros, não têm mais tranquilidade para trabalhar.

Para Heráclito, mais lamentável ainda são os interesses que estão por trás da demora para a

concretização da reforma. Não se trata, conforme o senador, de escolher os melhores nomes para as respectivas pastas, do ponto de vista da qualidade administrativa. São as circunstâncias políticas específicas do momento que estão pesando, disse ele. O governo quer acomodar politicamente o arco de alianças dos partidos para a manutenção da verticalização com vistas à reeleição de Lula, entende Heráclito Fortes.

Em aparte, César Borges (PFL-BA) reconheceu que a reforma ministerial é, de fato, a principal preocupação de todo meio político e administrativo desde outubro do ano passado, quando começou a ser anunciada.

– Hoje, li uma nota no jornal dizendo que Lula vai ser incluído no livro *Tortura nunca mais*. O presidente está torturando os ministros que estão na iminência de sair, os que deverão



**ADVERTÊNCIA** Segundo Heráclito, demora para anunciar Ministério “já passou de todas as medidas”

entrar e, principalmente, o povo brasileiro – relatou.

Para Heloísa Helena (PSOL-AL), não é apenas a demora da reforma que está paralisando o país. No entanto, ela reconheceu que “a troca de cadeiras nesse jogo sujo do poder” está relacionada ao projeto de continuação da atual equipe.

Heráclito Fortes também fez um apelo ao presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti (PP-PE), para que indique o nome do deputado piauiense Ciro Nogueira Filho (PP-PI) para o Ministério da Integração Nacional.



**RIGOR** Mesquita Júnior aponta “tentativa solerte de aprovar autonomia” do BC

## Atuação do Banco Central recebe crítica de Mesquita Júnior

Ao analisar o sistema bancário do país, o senador Geraldo Mesquita Júnior (sem partido-AC) criticou ontem, em Plenário, a atuação do Banco Central (BC) e o que chamou de “tentativa solerte de aprovar na Casa a autonomia dessa instituição”.

– Na verdade, a discussão sobre autonomia visa conceder ao BC algo que a instituição já possui. Um exemplo é que seu atual presidente, logo que assumiu o cargo, arquivou processos de fiscalização de transferências irregulares promovidas pelo BankBoston, do qual também foi presidente.

Mesquita Júnior ressaltou que os bancos representam o único setor da economia que sempre ganhou com a inflação e, mesmo após a estabilização da moeda, continuou obtendo alta lucratividade.

O senador destacou o aumento das tarifas bancárias, que são instituídas e liberadas pelo Banco Central. Informou que a receita com tarifas subiu de R\$ 4,2 bilhões para R\$ 27,7 bilhões entre 1994 e 2003, enquanto o lucro do setor cresceu de R\$ 1,2 bilhão para R\$ 14,5 bilhões nesse período. De acordo com Mesquita Júnior, somente a receita com tarifas é cinco ou seis vezes maior que a folha de pagamento dos bancos.



**CONSTATAÇÃO** “Nada acontece, a não ser a desmoralização dos partidos”, advverte ACM

## Antonio Carlos condena indefinição na mudança ministerial

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) criticou ontem, em discurso no Plenário, a indefinição do governo Luiz Inácio Lula da Silva quanto à reforma ministerial.

– É algo inacreditável. O país está há mais de um ano esperando a reforma ministerial. Nada acontece, a não ser a desmoralização dos partidos que

vão participar desse processo – observou.

Antonio Carlos disse acreditar que a reforma está emperrada porque o Executivo não dá às suas bases a devida atenção.

– As bases não seguem o governo em função de ministro, mas sim em função do atendimento local, que o PT não dá a

ninguém – comentou.

Para ele, nesse contexto, não há figura mais forte que a do presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti, sem o qual o governo não faria nada. Antonio Carlos fez votos de que Severino e o governo entrem em entendimento, para que o Ministério seja finalmente anunciado ainda nesta

semana.

O parlamentar baiano insistiu na necessidade de modificar o mecanismo de tramitação das medidas provisórias. O processo atual, segundo ele, desmoraliza a atuação do Legislativo.

Em aparte, Heráclito Fortes (PFL-PI) apoiou o discurso de Antonio Carlos e afirmou que ele “não está só”.

## Para Virgílio, governo faz “escalada autoritária”

O senador Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM) manifestou o temor de que a intervenção no Sistema Único de Saúde (SUS) no Rio de Janeiro faça parte de uma “escalada autoritária” posta em prática pelo governo federal. Essa escalada, para ele, visa, entre outras coisas, “anular a autonomia política de estados e municípios”.

Virgílio arrolou uma série de atos do governo que, segundo ele, corroboram a tese da escalada autoritária. Citou, entre outros, a centralização tributária, representada atualmente pela MP 232/04; o desrespeito pelas agências reguladoras; a violação da autonomia universitária; a tentativa de criação do Conselho Federal dos Jornalistas; a intervenção na eleição para a Presidência da Câmara dos Deputados, quando reuniu 11 ministros em um encontro de apoio ao candidato oficial do PT, Luiz Eduardo Greenhalgh; o abuso na edição de MP's; e até o que chamou de amizade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com “grandes ditadores”.



**AUTONOMIA** Arthur Virgílio critica interferência do governo federal no sistema de saúde do Rio de Janeiro

Arthur Virgílio estava vindo de um encontro com o prefeito do Rio de Janeiro, César Maia, promovido por iniciativa do senador, e trouxe a informação que, em 25 de junho do ano passado, o prefeito havia pedido ao ministro da Saúde, Humberto Costa, que o governo pagasse uma dívida com a prefeitura, referente à manutenção do sistema de saúde, no valor de R\$ 192,6 milhões. Caso contrário, afirmou o senador, César Maia pedia que o governo federal assumisse os hospitais federais administrados pelo município.

O senador pelo PSDB criticou ainda a situação dos hospitais federais no Rio de Janeiro. Disse que o Instituto do Câncer está “em situação falimentar”, com prazo de oito meses para que um paciente possa começar a fazer um tratamento quimioterápico.

César Maia.

– O ministro Humberto Costa está sendo pintado como mocinho. O mesmo ministro dos hemoderivados, dos vampiros, dos escândalos do Instituto Nacional do Câncer (Inca). É o mesmo das farmácias populares, da Funasa, que gasta mais em viagens do que em remédios para os índios – afirmou.

Agripino lembrou que César Maia já havia publicado no *Diário Oficial*, muito antes da intervenção, a pretensão de devolver os hospitais que a União havia repassado à prefeitura do Rio de Janeiro devido ao congelamento dos repasses, há cinco anos.

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) disse que o prefeito César Maia foi “marcado para morrer” após ter sido lançado a pré-candidato à Presidência da República.

Heráclito perguntou como está a saúde em Teresina, Vitória e Cuiabá, afirmando que o Ministério da Saúde está dando um “tratamento desigual e inescrupuloso” ao Rio de Janeiro.



**CAMPANHA** Agripino afirma que atitude tem objetivo de desacreditar prefeito César Maia

## Agripino vê golpe de marketing em intervenção

Para o líder do PFL, senador José Agripino (RN), a intervenção do Ministério da Saúde em hospitais no Rio de Janeiro não passa de um “eficiente golpe de marketing”, que pretende transformar vilões em mocinhos. Ele observou que a saúde não vai bem em todo o país, mas a campanha se concentrou no Rio de Janeiro para desacreditar o prefeito

# Mercadante: país hoje é estável e economia cresce

■ Senador garante que equívoco da era FHC foi a âncora cambial, que gerou déficit de US\$ 186 bilhões

O Brasil tem hoje estabilidade, crescimento econômico e democracia plena, afirmou ontem o senador paulista Aloizio Mercadante (PT), ao comparar o atual momento brasileiro com a história recente.

Mercadante citou diversas estatísticas para mostrar que, no atual governo, a economia brasileira pode continuar crescendo, apesar das previsões pessimistas. Ele mencionou a criação de 2 milhões de novos empregos com carteira assinada, o crescimento de 5,2% do

Fotos: Roosevelt Pinheiro



**ANÁLISE** Mercadante faz comparação do atual momento brasileiro com a história recente

produto interno bruto (PIB) no ano passado e o recorde de exportações de mais de US\$ 100 bilhões em 2004.

Mercadante reconheceu que o Brasil teve outros períodos de crescimento econômico, mas raramente conseguiu combinar

a isso a estabilidade econômica e a democracia. Ele citou o governo JK quando houve avanços no setores de construção civil, indústria automotiva e bens de capital, mas não havia estabilidade econômica. Já na ditadura militar, ocorreu novo crescimento, mas sem democracia. E durante o governo de Fernando Henrique houve democracia e estabilidade, mas não crescimento econômico.

– O equívoco que foi a âncora cambial na primeira fase do governo FHC gerou um déficit de transações correntes que chegou a 186 bilhões de dólares. O país financiou esse déficit vendendo estatais e endividando o Estado. O Brasil teve então uma taxa de crescimento inferior a 2% ao ano na média do período – lembrou o senador.

## Ideli diz que Brasil colhe os frutos do que plantou

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) apresentou ontem dados positivos na área econômica, como o aumento de 0,4% no emprego industrial em janeiro, depois de três meses seguidos de queda. A pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indica também elevação real de 6,2% na folha de salários em relação a dezembro.

A parlamentar catarinense observou que o crescimento do emprego e dos salários é consequência do aumento da produtividade do setor de bens duráveis, tradicionalmente relacionado a empregos mais

bem pagos e estáveis. Em Minas Gerais, o emprego industrial cresceu 5,3% e, em São Paulo, 2,6%.

A senadora chamou ainda a atenção para o contínuo aumento das exportações, que evidenciaria o acerto das medidas de estímulo adotadas pelo governo, como a abertura de novos mercados para a produção agrícola e industrial.

– Estamos colhendo os frutos do que plantamos – ressaltou.

Ideli ressalva, no entanto, que o crescimento sustentado do país depende de aumento crescente na qualidade do ensino. A senadora informou



**OTIMISMO** Ideli mostra pesquisa do IBGE que indica elevação real de 6,2% na folha de salários

o Plenário sobre os projetos lançados recentemente pelo Ministério da Educação para melhorar a formação de professores, a exemplo do Plano de Qualidade para a Educação Brasileira que inclui a criação do Sistema Nacional de Formação de Professores.

## Para César Borges, Lula gasta pouco com saneamento

A recente declaração do presidente Luiz Inácio Lula da Silva dizendo que a sua administração já investiu em saneamento básico um volume de recursos 14 vezes superior ao gasto pelo governo passado gerou protesto do senador César Borges (PFL-BA), que, em discurso ontem, acusou o governo de faltar com a verdade e disse que os números apresentados são falsos.

– O presidente não sabe o que diz. É sinal de que o



**PROTESTO** César Borges diz que números citados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva são falsos

seu governo está sem rumo – declarou. Ao recorrer a informações da Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais (Aesbe), César Borges garantiu que os gastos do governo Lula no setor são

baixíssimos se comparados com a era FHC. Para um investimento médio anual de R\$ 1,1 bilhão na gestão anterior, Lula teria alocado apenas R\$ 382 milhões, de janeiro de 2003 a outubro de 2004.

Ele citou ainda o contingenciamento de recursos para o Ministério das Cidades. De um orçamento previsto de R\$ 2,74 bilhões, ao final do ano, o realizado não deverá ultrapassar a casa dos R\$ 700 milhões. Se os recursos para os investimentos caíram, as despesas com custeio para manter os ministérios que cuidam de saneamento cresceram significativamente.



**DEFESA** Resistência da Fazenda motiva Garibaldi a se manifestar a favor do fundo para a educação

## Garibaldi Alves declara apoio à emenda que cria o Fundeb

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) manifestou ontem, em Plenário, apoio à proposta de emenda constitucional (PEC) que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). A PEC, enviada pelo Ministério da Educação à Casa Civil em dezembro, ainda não foi encaminhada ao Congresso Nacional. O Fundeb substituiria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).

O apoio do senador foi motivado pela entrevista concedida pelo ministro da Educação, Tarso Genro, ao jornal *O Estado de S. Paulo*. Segundo Garibaldi, o ministério solicitou a liberação de R\$ 4,3 bilhões, ao longo de quatro anos, para implementar o novo fundo. Mas a proposta estaria enfrentando resistências por parte da equipe econômica do governo.

Ao contrário do Fundef, que beneficia exclusivamente o ensino fundamental, o Fundeb abrange os ensinos infantil, fundamental e médio em todas as suas modalidades.

# Marco Maciel cobra do governo política digital

■ Senador alerta: o Brasil está perdendo posição em relatório internacional sobre evolução do setor

O senador Marco Maciel (PFL-PE) fez apelo ao governo em favor de uma política que permita ao Brasil participação mais efetiva na cultura digital do século 21. O parlamentar registrou relatório, divulgado pelo Fórum Econômico Mundial, que indica o impacto das tecnologias da informação no desenvolvimento dos países. No relatório *Global Information Technology Report*, o Brasil aparece na 46ª posição.

Segundo Maciel, o Brasil perde posto a cada edição do relatório, tendo caído sete posições em relação a 2003. Na



**DEMOCRATIZAÇÃO** Para Maciel, as novas tecnologias permitem formas mais participativas de governo

América Latina, o país era o primeiro da lista até 2002, mas cedeu lugar ao Chile. Para ele, o declínio ocorreu em virtude da má qualidade do ensino público, principalmente em Matemática e Ciências, e do fraco desempenho das instituições governamentais.

Maciel lembrou que o acesso às novas tecnologias favorece

mudanças políticas, alterando conceitos de tempo e espaço.

– Essas tecnologias ajudam a democratizar as instituições políticas e permitem formas mais participativas de governo e a descentralização das ações do Estado. Quanto mais se descentralizam decisões, mais perto da população estará o poder.

Para o senador, a solução para a questão tecnológica exige ação comum entre Estado, setor privado e sociedade.

– As novas tecnologias permitiriam a formação de uma comunidade aberta e integradora, capaz de estabelecer consensos nacionais e internacionais.

Em aparte, Mão Santa (PMDB-PI) recordou recente pesquisa da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal) sobre democracia, em que o Brasil aparece em um dos últimos lugares.



**TRABALHO** O estatuto proposto por Paim reserva 20% das vagas no serviço público para negros

## Paim pede aprovação do Estatuto da Igualdade

O senador Paulo Paim (PT-RS) voltou a defender, ontem, a aprovação do projeto de sua autoria conhecido como Estatuto da Igualdade Racial. Paim frisou que 21 de março é o Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial, em lembrança à tragédia conhecida como Massacre de Shapeville, ocorrida na África do Sul em 1960, quando 69 negros foram assassinados pela polícia enquanto protestavam contra a discriminação.

– O estatuto reúne diversas ações que podem ser adotadas pelo governo e pela sociedade para buscar a inclusão e a igualdade – argumentou Paim.

Entre outras coisas, o projeto (PLS 213/03) cria uma cota mínima de 20% das vagas para negros no serviço público, nas universidades e nas contratações do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies). Além disso, os filmes e programas exibidos pela TV deverão ter pelo menos 20% de negros entre os figurantes. Há também o objetivo de instituir no ensino básico a disciplina História Geral da África e do Negro no Brasil.

## Papaléo quer modificações em projeto da reforma universitária

O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) criticou dispositivo da proposta de reforma universitária que transforma as pequenas universidades públicas em centros universitários. Para o senador, a medida pode prejudicar universidades como a do estado do Amapá. Ele pediu que o governo leve em consideração a realidade local e regional, com um olhar diferenciado à Universidade Federal do Amapá (Unifap), uma instituição ainda de pequeno porte.

De acordo com o anteprojeto da reforma universitária, uma instituição de ensino superior só poderá ser classificada

como universidade se possuir programas consolidados de pós-graduação com, no mínimo, três cursos de mestrado e um curso de doutorado reconhecidos, todos contando com avaliação positiva do Ministério da Educação. A Unifap não oferece nenhum curso de pós-graduação, situação que a levaria a se transformar em centro universitário.

– A Universidade Federal do Amapá não tem medido esforços para ampliar seu quadro de funcionários e docentes. Quase ou nenhum apoio externo tem encontrado. Sendo assim, como poderá atender às exigências que a reforma propõe?



**TRANSIÇÃO** Papaléo reclama maior prazo de ajustamento às novas regras para as pequenas universidades

– questionou o parlamentar. Papaléo argumentou que a Unifap perderia a autonomia que já possui e propôs que as universidades em expansão tenham prazo maior para se adequar às exigências da reforma. Em aparte, o senador Marco Maciel (PFL-PE) declarou total solidariedade a Papaléo.



**CADEIA** Simon prevê pena de até quatro anos para quem se recusar a fornecer dados de pesquisa

## Simon propõe disciplinar divulgação de pesquisas de opinião

Com a finalidade de disciplinar a divulgação das pesquisas de opinião pública, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) apresentou projeto exigindo que os resultados de pesquisa sejam acompanhados de informações sobre metodologia empregada, localidades pesquisadas, número de pessoas entrevistadas, natureza das perguntas formu-

ladas, nome do patrocinador e do contratante da pesquisa.

Pela proposta (PLS 72/05), constitui crime punível com pena de reclusão de dois a quatro anos e multa a recusa da empresa responsável pela realização da consulta em fornecer essas informações a entidades sindicais, partidos políticos com representação

no Congresso, bem como ao Ministério Público, União, estados e municípios, autarquias e empresas públicas.

Na justificativa do projeto, Simon argumenta que as pesquisas de opinião exercem marcada interferência no meio social. Portanto, torna-se imprescindível que sejam acompanhadas de todos os

elementos elucidativos, para permitir que os destinatários dos resultados possam formar juízo crítico sobre os dados apresentados.

O projeto tramita na Comissão de Educação (CE) do Senado e, se aprovado, seguirá para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão terminativa.